



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

## Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco				
Título:	Reunião Ordinária N. 52				
Local:	Prata Hotel - Cruz das Almas/BA. Rua J.B da Fonseca, 86, Centro.				
Data da reunião:	19/10/2016	Hora de início:	10:00	Hora de encerramento:	13:30

## Pauta da Reunião

1.	10h00 - Abertura - Airton Artus - Presidente
2.	10h05 - Informações da Presidência e Secretaria da Câmara a) Apreciação da ata da 51ª Reunião Ordinária b) Calendário de reuniões de 2016 - Referendo c) Membros Infrequentes - Deliberação
3.	10h20 - Homenagem póstuma a senhora Josenita Souza Salomão (ex presidente do SINTIFA)
4.	11h00 - Indicação geográfica para o charuto baiano - Fernando Schwanke
5.	11h30 - COP7 - Carlos Galant.
6.	12h00 - Entraves nas Exportações (alto custo): Taxa de Inspeção não invasiva (TECON/Rio Grande) Taxa ISPS-CODE Taxa de presença de carga IN-29 e IN5, do MAPA Lei Kandir - Legislação Trabalhista NR 12 Diarista Rural
7.	12h30 - Planejamento Estratégico da Câmara Setorial do Tabaco - Carlos Galant
8.	12h50 - Assuntos Gerais
9.	13h00 - Encerramento

## Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE		PR	
2	ROMEU SCHNEIDER		PR	
3	DIEGO SILVA DE SOUSA	ACST/MAPA	PR	
4	CARLOS FERNANDO COSTA GALANT	ABIFUMO	PR	
5	NIRLEI JOACIR STORCH	ABRASEM	PR	
6	ROMEU SCHNEIDER	AFUBRA	PR	
7	FRANCISCO ERALDO KONKOL	CNA	PR	
8	JOSÉ MILTON KUHNEN	CNTA	PR	
9	MARCOS AUGUSTO DE JESUS SOUZA	COOPERSAC	PR	
10	FABIOLA DOS SANTOS SAMPAIO	COOPERSAC	PR	
11	DELICIO SANDI	SINDIFUMO/SP	PR	
12	SÉRGIO FRANCISCO RAUBER	SINDITABACO	PR	
13	ODACIR TONELLI STRADA	SINDITABACO/BA	PR	
14	NIRLEI JOACIR STORCH	ABRASEM	PR	
15	CLEOMENES NUNES TORRES	ADAB	PR	



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

16	CARLOS DANIEL SEIFERT SCHMIDT	CSCHARBA	PR	
17	UWE GRIESMEYER	ERMOR	PR	
18	MATTHIAS BIALKOWVM	ERMOR	PR	
19	ALESSANDRO TEIXEIRA	FUMEX	PR	
20	KARLA P BARROS MACHADO	SEBRAE	PR	
21	CARLOS H N DE OLIVEIRA	SEBRAE	PR	
22	LUCIANO SEIXAS IVO	SEBRAE	PR	

PR - presente / CO - convidado

## Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:  Sim

### Desenvolvimento

**1. Abertura da reunião** - Às dez horas e seis minutos do dia 19 de outubro de 2016, no Prata Hotel, na cidade de Cruz das Almas/BA, foi aberta pelo **Consultor da Câmara, Romeu Schneider**, a Quinquagésima Segunda Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco. Ele agradeceu a presença de todos, e esclareceu que o Presidente da Câmara não pode comparecer devido aos compromissos políticos e administrativos da prefeitura que ocupa. A pedido dele o Consultor ressaltou a benéfica mudança de tratamento que a cadeia produtiva do tabaco tem recebido do Governo e órgãos federais (principalmente o MAPA), quem têm demonstrado maior abertura ao diálogo e sensibilidade as necessidades do setor. Relatou que os Ministros da Casa Civil, da Saúde e principalmente da Agricultura buscaram conhecer e se aproximar do setor produtivo do tabaco. A cadeia produtiva tem tentado se inteirar do posicionamento que o Governo irá defender na 7ª Conferência das Partes (COP7) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), sem muito sucesso, o que obviamente prejudica a transparência e a democracia do processo. O **Consultor** informou que alguns representantes da cadeia irão à Nova Délhi, na Índia, para tentar participar, como observadores, da Conferência que ocorrerá de 7 a 12 de novembro. No mesmo país aconteceu, em setembro, a Assembleia Ordinária da Associação Internacional dos Produtores de Tabaco, onde os representantes dos demais países também expressaram a preocupação com a maneira que as discussões da COP7 têm acontecido. Passada a palavra ao **Secretário da Câmara, Marconi Albuquerque**, ele agradeceu a recepção em Cruz das Almas, nessa segunda oportunidade de realizar a reunião na região, quando os representantes dos vários elos da cadeia têm a oportunidade de interagir de maneira mais próxima do produtor, em específico o apoio dado por **Marcos Souza**, COOPERSAC. **Odacir Strada**, representante do SINDITABACO/BA saldou os presentes, reiterou a satisfação em recebe-los, concordou com a necessidade de maior transparência nos procedimentos referentes à COP7, colocou sua entidade à disposição para contribuir no que for necessário quanto a esse assunto, e, por fim, ressaltou a grande importância socioeconômica do tabaco para a sua região e para os muitos produtores envolvidos.

**2. Avisos, encaminhamentos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara** - **\*Apreciação da ata da 51ª Reunião Ordinária:** A ata da última reunião ordinária, enviada aos membros para conhecimento e contribuições, foi aprovada sem alterações. **\*Calendário de reuniões de 2016 - Referendo:** A data programada para a última reunião da Câmara em 2016, em 07 de dezembro de 2016, foi referendada. Acontecerá em Brasília/DF, no edifício sede do MAPA, após a COP e com o lançamento do anuário do tabaco na frente parlamentar da agropecuária, com participação (pretendida) do Ministro Blairo Maggi. **Marcos Souza** registrou que os produtores de Arapiraca/AL



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

demandaram que uma reunião da Câmara, em 2017, seja realizada em sua região. O **Secretário da Câmara** mencionou que na próxima reunião será estabelecido o calendário para 2017, e, devido à diminuição da equipe da ACST e restrições orçamentárias federais, as reuniões deverão ser todas em Brasília, a não ser que o setor se responsabilize e decida por realiza-las em outro local. **\*Membros Infrequentes – Deliberação:** o plenário decidiu não excluir nenhuma das entidades (MDIC, e SRI), e insistir para que compareçam e participem da defesa do setor. O **Consultor da Câmara** informou que em contato com representantes da CONTAG teve ciência de que, em breve, o representante será atualizado para que o novo titular, residente em Brasília, possa participar de melhor forma. **3.Homenagem póstuma a senhora Josenita Souza Salomão (ex presidente do SINTIFA) - O Consultor da Câmara,** na oportunidade, homenageou a senhora **Josenita Salomão**, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação de Cruz das Almas (SINTIFA), falecida em setembro deste ano. “Josenita sempre foi ativa participante na defesa do setor tabaco e merece nossa homenagem”, destacou. A prefeitura de Cruz das Almas também reconheceu o árduo trabalho, e a liderança exemplar na colaboração e na melhoria da cadeia produtiva do tabaco, mesmo antes da constituição da Câmara Setorial, como disposto no decreto Nº 193/2016, de 26/09/2016: “Fica decretado, com profundo pesar, Luto Oficial por 03 (três) dias no Município de Cruz das Almas, em virtude do falecimento da Srª. Josenita Souza Salomão”. O plenário então licenciou por 1 minuto em sua memória. **4.Indicação geográfica para o charuto baiano - Fernando Schwanke, SEBRAE,** fez apresentações sobre aspectos para o registro e gestão de uma indicação geográfica do charuto baiano. Dela constaram informações sobre o surgimento do conceito das Indicações (de forma natural no transcurso da história, pela comprovação que alguns produtos de determinados lugares apresentavam qualidades particulares, atribuíveis a sua origem geográfica, devido à maior demanda e os melhores preços de tais produtos incitou o surgimento de falsificações, as falsificações levaram ao uso de selos ou signos para distinguir a autenticidade e a origem dos produtos, com o tempo, surgiram normas específicas para regular a produção destes produtos); exemplos de indicações geográficas; como se constrói o reconhecimento da IG (o reconhecimento de uma indicação geográfica origina-se do esforço de um grupo de produtores ou de prestadores de serviço que se organizam para defender seus produtos ou serviços, motivados por um lucro coletivo); diferenciação de indicação geográfica, denominação de origem, e indicação de procedência; benefício de proteção, mercadológicos, de desenvolvimento rural e econômico da IG; potencial da denominação de origem; e novas exigências do mercado (Diferenciação, Assegurar qualidade ao consumidor, Resgatar aspectos “latentes” de competitividade de produtos típicos nacionais, Vincular a diferenciação a critérios internacionalmente aceitos, uma IG é um sistema que vincula tradição, território e produto), entre outros dados relevantes. “O produto ou o serviço portador de uma indicação geográfica tem identidade própria inconfundível. Exatamente por isso, e visando a perpetuação dessa identidade, o produtor ou o prestador de serviço tem que respeitar as regras de produção ou prestação específicas, o que pode vir a elevar o seu preço. No entanto, o produto ou o serviço passa a ter, para o consumidor, qualidades específicas, fazendo com que este se disponha a remunerar os esforços dos produtores ou dos prestadores de serviço. Essas características justificam um valor agregado bastante significativo, capaz de remunerar as condições de produção ou de prestação de serviço, que são distintas daquelas feitas em grande escala. O produto ou o serviço passa a desfrutar de uma reputação e os seus consumidores ou usuários se dispõem a pagar um pouco mais, já que se trata de um produto ou serviço excepcional.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Consequentemente, a sua substituição por outros passa a ser mais rara”. O palestrante seguiu respondendo questionamentos sobre o tema apresentado. O Consultor da Câmara falou sobre a importância da confiabilidade e da fiscalização para que o consumidor se disponha a pagar um valor maior por um produto certificado. **5. COP7 - Carlos Galant**, ABIFUMO, falou sobre a mobilização do setor, neste ano, para se inteirar da COP7, apesar do quadro político atípico. Essa ação e os contatos foram intensificados desde meado de 2016. Apesar desse empenho, o Governo Brasileiro ainda não revelou o posicionamento oficial que adotará na Convenção, apesar da maior abertura e proximidade com a cadeia (como comentado pelo Consulto da Câmara). Os elos da cadeia então fizeram contatos com MDIC, MTE, MRE, AGU, PGR, MS, Casa Civil: principais órgãos que compõe a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ). Desse contato resultou, objetivamente, em uma maior sensibilidade do Governo quanto às decisões que irão afetar a Cadeia Produtiva. Na semana anterior à reunião da Câmara, ocorreu o seminário aberto da CONICQ, onde os representantes do setor produtivo puderam colocar seus posicionamentos com relação aos artigos que serão trabalhados na COP7, embora num formato não tão produtivo quanto necessário, foi uma importante oportunidade para a defesa da Cadeia. Há possibilidade de que nos dias subsequentes a Casa Civil reúna os demais ministérios envolvidos e o Presidente da República, para discutir sobre a COP. **Carlos Galant** propôs que o GT da COP seja dissolvido já que ele cumpriu com seu papel, e o tema, por transcender a capacidade de um grupo de trabalho, pode ser tratado durante as plenárias. Em seguida ele reafirmou a intenção da comitiva e da imprensa que irão à Índia para tentar acompanhar a Convenção, e a pretensão de, na próxima reunião, apresentar os avanços e deliberação da COP7. Em breve o Brasil deverá aderir ao primeiro protocolo da Convenção Quadro, referente ao mercado ilícito do cigarro. **Felipe**, SINDITABACO, falou sobre a mudança do discurso/estratégica evidenciado na Seminário da CONICQ: que passou a defender que o fórum da CONIQC objetiva a defesa da saúde, portanto sua preservação deve se sobrepor a todos os outros fatores relacionados ao tabaco. Em sua opinião é importante que se oficialize posicionamento contrário a esse entendimento para que o tabaco possa ser discutido da maneira correta. **Carlos Galant** concordou com a necessária garantia democrática de que, na CONICQ, todas as vozes e interessados tenham a mesma atenção e mesmo peso, e aventou a possibilidade de que a Coordenação passe a ser responsabilidade da Casa Civil, no próximo ano. O **Consultor da Câmara** defendeu a não separação da produção e do consumo, já que são intrínsecas. **6. Entraves nas Exportações (alto custo): Sérgio Rauber**, SINDITABACO, relatou o posicionamento adotado pelo Ministro Blairo, em reunião com o setor, de auxiliar, no que for possível, quanto a destravar a exportação de tabaco, e retirada de outros entraves, embora financeiramente o Governo não disponha de recursos. Em seguida falou sobre a fiscalização trabalhista, que, aparentemente, não visa a proteção dos trabalhadores, mas a punição das fábricas, e o conseqüente aumento do desemprego. Francisco Konkol, **Presidente - Sind.dos Prod. Rurais de Irineópolis/SC**, sugeriu a criação de cooperativa de trabalho, ou a terceirização, para suprir a mão de obra nas atividades rurais sazonais. A legislação trabalhista também prevê adaptações inviáveis, como, por exemplo, no que tange ao contrato de diarista rural (na prática o diarista trabalha durante um dia numa propriedade, e logo após parte para trabalhar em outra, retornando dentro de alguns dias para realizar nova colheita na primeira, dificultando o controle). **Carlos Galant** informou que o tema trabalhista será tratado pelo Congresso já no início do próximo ano, e conclamou a todos para que participem das discussões. Também afirmou que os demais temas também já são pauta da Frente





## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Parlamentar e das áreas do MAPA, mas que serem tratados no âmbito da Câmara contribui para o andamento e reforça sua importância. **Carlos Sehn**, SINDITABACO, fez apresentação sobre a “**Agregação de Custos na Exportação**”, da qual constaram informações da **Taxa de Inspeção não invasiva (TECON/Rio Grande)**: por determinação de ato da Alfândega da RF do Porto de Rio Grande (Portaria ALFRGE 26, de 23.06.14), determina o escaneamento (inspeção não invasiva) de 100% dos containers na exportação: Custo ao setor de tabaco desde 1º.08.14: aproximadamente R\$ 4 milhões/ano (R\$ 185,00 por unidade), Custo ao setor até 31.07.14 com inspeções físicas (canal vermelho): aproximadamente R\$ 400 mil. Custo do equipamento (escâner): R\$ 5 milhões (\*), Funcionamento e manutenção anual: R\$ 211 mil (\*), Receita auferida pelo TECON/RS c/ a tarifa de escâner na exportação: R\$ 26,5 milhões/ano (2014) (\*), Receita auferida pelo TECON/RS c/ a tarifa de escâner containers vazios/cabotagem: aprox. R\$ 26,1 milhões/ano, Receita auferida pelo TECON/RS c/ a tarifa de escâner na importação (Portaria ALFRGE 32, de 02.08.16, determinando escaneamento em 100% das unidades de importação: R\$ 26,5 milhões/ano (\*) fonte TECON/RG; Observações: Parecer jurídico da CNI aposta a cobrança como indevida, pois não se trata de serviço conexo, mas que deve estar embutido no box rate. Alfândegas da RF dos 5 portos catarinenses determinam a cobrança da tarifa somente para as unidades indicadas pela fiscalização (parametrizadas no canal vermelho); Sugestão: que o MAPA interceda junto à ANTAQ e a própria Coana/RFB para que uniformize o procedimento, propondo a eliminação da cobrança na exportação, até porque há amparo jurídico que confirma que a cobrança é indevida, ou no máximo que o escaneamento e a cobrança sejam aplicados somente aos containers parametrizados no canal vermelho. Da apresentação também constou informações sobre a Taxa **ISPS-CODE**: Instituída em 2004 visa a cobrir custos com sistemas de monitoramento por câmeras na área portuária, em atendimento a determinações internacionais pós atentados de 11 de setembro. No entanto, o TECON/RS instituiu um valor fixo por container à razão de R\$ 40,00 por container, o que para o setor de tabaco representa aprox. R\$ 800 mil/ano. Representa custo irrecuperável ao exportador. Sugestão: MAPA deveria interceder junto à ANTAQ para que verifique quanto à abusividade da cobrança. **Taxa de presença de carga; IN-29 e IN5, do MAPA**: (Exigência jurídica - Lei do Processo Administrativo - 9.784/99): institui a necessidade de apresentação, pelo exportador, dos requisitos fitossanitários (com tradução juramentada) do país importador para comprovar a necessidade de emissão de Certificado Fitossanitário pelo MAPA. Dificuldades: obtenção das legislações dos países importadores; legislações volumosas, dificuldades em encontrar tradutores juramentados para determinados idiomas; alto custo das traduções juramentadas; necessidade de atualização periódica. Sugestões: Eliminação das traduções juramentadas; em caso de não apresentação dos requisitos fitossanitários pelo exportador, MAPA emitir o CF e exportador assume responsabilidade por possíveis consequências perante o importador caso o produto esteja em desacordo. Exportador é o maior interessado em fazer com que seu produto não seja rejeitado pelo importador ou país importado. **IN 5, de 02.04.12, do MAPA**: critérios para autorização do uso de agroquímicos para tratamento de sementes destinadas exclusivamente à exportação. Situação: exigência de alguns países para que as sementes de tabaco sejam tratadas por algum agroquímico não registrado no Brasil. Considerações: pequenos volumes de sementes exportados em cada operação; doses ínfimas de agrotóxicos (poucas gramas); Sugestão: revisão pelo MAPA introduzindo autorização para que os tratamentos possam ser feitos nos laboratórios das empresas sujeitos a auditorias e acreditação pelo MAPA ou em outros laboratórios acreditados. **Revisão do Protocolo Bilateral do Tabaco Brasil/China**



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

**(MAPA):** eliminação do sistema de monitoramento de mofo azul em lavouras: Procedimento já vem sendo realizado há oito safras sem nenhum registro da doença em lavouras de tabaco; Alto custo do procedimento (operacional e burocrático); Pré-inspeções oficiais da AQSIS no tabaco processado; Inspeção pré-embarque pelo MAPA para emissão de CF. Sugestão: Como a demanda já foi endereçada ao MAPA (DSV), solicitar celeridade no processo de início das tratativas com o governo Chinês, tendo em vista que o Protocolo vigente expira em meados de novembro. **Exigência da China de Certificado de tratamento de containers para controle do Zika Vírus:** mais um custo adicional ao exportador. Considerações: Não há nenhuma informação oficial de autoridade do governo; Procedimentos têm sido distintos entre exportadores; Empresas já se apresentaram com alternativas; Tratamento inócuo, pois não inviabiliza ovos do mosquito. Segundo nota da ANVISA, somente fumigação com Brometo de Metila ou com fosfina inviabilizam os ovos do mosquito. No entanto, ambos os produtos são altamente tóxicos e causam diferentes danos ao container ou aos produtos em seu interior; Além disso, onde e como fazer o tratamento, Interno ou externo, como atender à demanda se o tabaco vai exportar mais de 2.000 containers para a China em 2016; impossibilidade de ocorrência de ovos do mosquito dentro do container; mosquito em sua fase adulta não sobrevive o tempo de viagem de navio entre Brasil e China (40 dias); possibilidade de contaminação do tabaco; precedente para outros países. **Sugestão:** que o MAPA interceda junto aos demais órgãos do governo no sentido clarear o assunto através de negociação com as autoridades chinesas, para que em caso de real necessidade de tratamento, que seja estabelecido regramento oficial para o procedimento, e preferencialmente que este não venha a onerar o exportador. As sugestões, após deliberação, foram acatadas e serão encaminhadas via ACST, que é a maneira que permite maior controle do tramite e do acompanhamento, como sublinhou o **Secretário da Câmara**. **7.Planejamento Estratégico da Câmara Setorial do Tabaco** - Item tratado antes do item 6. **Carlos Galant** introduziu o item falando sobre os temas prioritários, elencados durante outras reuniões: convenção quadro (acompanhamento e gestão), manutenção do crédito agrícola (relacionado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, questão momentaneamente resolvida com o adiamento apesar da restrição e aumento dos percentuais para o acesso do produtor), o Ambiente Regulatório no Brasil (registro de produtos derivados do tabaco, advertências nas embalagens e afins), e Assuntos Legislativos. **8.Assuntos Gerais - Carlos Schmidt**, Câmara Setorial do Charuto da Bahia, convidou os membros a participarem da celebração do Dia Do Produtor De Tabaco, que, pela primeira vez, acontecerá na cidade, e visa valorizar as famílias produtoras e instruí-las por meio das palestras planejadas. O **Consultor da Câmara** reforçou o convite, e ressaltou a importância desse reconhecimento público da importância dos produtores. **9.Encerramento** - Vencida a pauta, o **Consultor da Câmara**, ressaltou a importância das discussões realizadas no Plenário para a Cadeia Produtiva, e do trabalho em defesa do setor produtivo do tabaco. Agradeceu a presença e, novamente, o apoio da COOPERSAC, SINDITABACO, membros e convidados nos trabalhos da Câmara, por fim desejou bom regresso a todos e encerrou a reunião às treze horas e vinte minutos, e eu, **Diego Silva de Sousa**, Assessor da Câmara, lavrei esta ata, a qual foi revisada pelo **Secretário da Câmara** e, uma vez aprovada, será assinada por todos os que participaram da reunião. As apresentações feitas neste encontro, em power point, se encontram no site da Câmara: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Item	Item da reunião
------	-----------------

### Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

### Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

### Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------